



Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte

PLEBISCITO POPULAR

POR UM **BRASIL MAIS JUSTO**

*plebiscito Nacional pelo
Fim da Escala 6x1 e taxação
de grandes fortunas*

Entre julho e setembro de 2025, movimentos sindicais e sociais realizam o Plebiscito Popular Nacional com duas pautas centrais: **o fim da escala 6x1** com redução da jornada de trabalho sem redução salarial e **a taxação de grandes fortunas**.

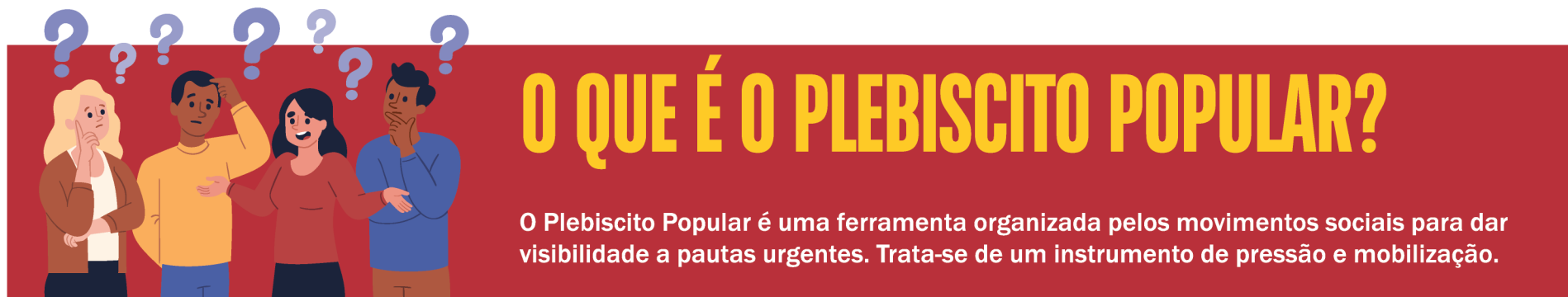
O Sind-REDE/BH irá participar ampliando o debate. O plebiscito organizado pelo Sindicato contará com quatro perguntas:

1. **Você é a favor da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, e do fim da escala 6x1?**
2. **Você concorda que a Prefeitura de BH invista 0,48% do orçamento municipal para reduzir a jornada de trabalho dos terceirizados das escolas de 44h para 30h garantindo assim melhor qualidade de vida para esses trabalhadores e consequentemente melhor atendimento nas escolas de BH?**
3. **Você é a favor de que quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês pague mais imposto de renda, para que quem recebe até R\$ 5 mil fique isento?**
4. **Você é a favor do fim do arcabouço fiscal e de qualquer forma de teto de investimentos em áreas sociais e serviços públicos?**

As perguntas 1 e 3 fazem parte do plebiscito nacional. Já as perguntas 2 e 4 são específicas do plebiscito do Sind-REDE/BH.



PARTICIPE DO PLEBISCITO



O Plebiscito Popular é uma ferramenta organizada pelos movimentos sociais para dar visibilidade a pautas urgentes. Trata-se de um instrumento de pressão e mobilização.

FIM DA ESCALA 6X1



1ª Pergunta do Plebiscito Nacional: Você é a favor da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial e do fim da escala 6x1?

Sim. Somos completamente a favor.

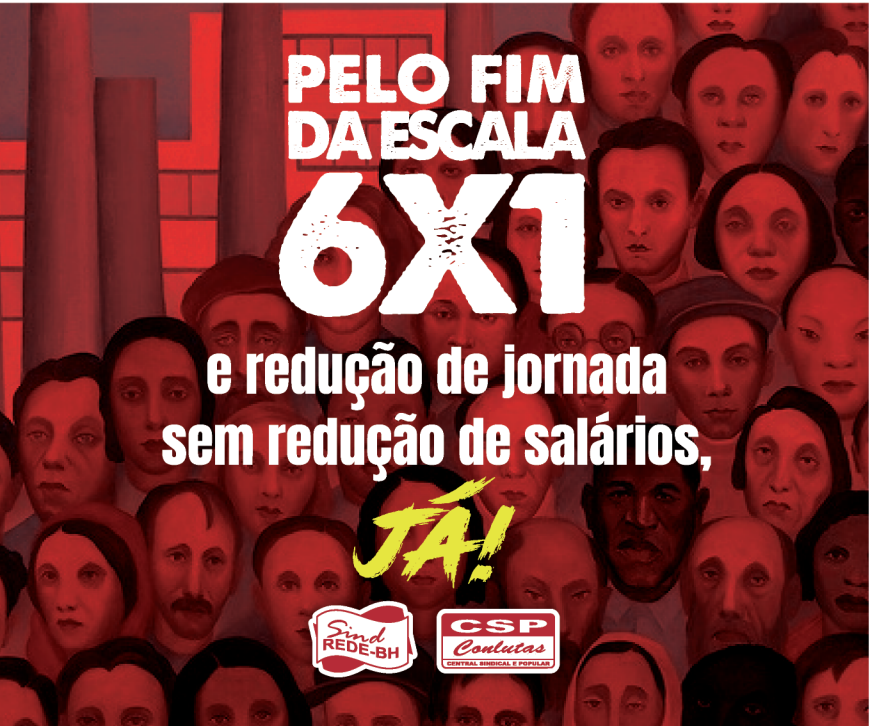
A escala 6x1 é uma das formas de distribuição da jornada semanal de 44 horas prevista na CLT. A distribuição desta jornada pode se dar em 5 dias na semana, garantindo 2 folgas semanais, mas com uma jornada de quase 9h diárias; ou em 6 dias, garantindo 1 folga na semana. Qualquer arranjo que seja será uma jornada exaustiva e de extrema precariedade.

Essa lógica está ultrapassada. Estudo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Unicamp e do Instituto Transforma indica que o Brasil tem condições de reduzir a jornada semanal para 36 horas, adotando escalas mais flexíveis, como 5x2 ou 4x3. Estudos de outros institutos como o Ilaese apontam que é possível ir mais além e reduzir para 30h.

Segundo as pesquisas, essa mudança traria avanços na qualidade de vida, redução das desigualdades de gênero, redução dos afastamentos por adoecimento e estímulo ao crescimento econômico. A jornada de 30h garantiria que todas as pessoas em idade de trabalhar tivessem emprego. E claro a redução da jornada precisa vir sem redução de salários.

Mas, para isso, é essencial investir recursos públicos — financiados com uma política tributária mais justa: cobrando impostos das grandes fortunas e aliviando a carga tributária sobre os trabalhadores e as pequenas empresas.

Além disso, é preciso valorizar o trabalho com carteira assinada. Hoje, muitos trabalhadores consideram o emprego formal uma desvantagem, devido à precarização promovida por medidas como a reforma trabalhista, a pejotização e a terceirização irrestrita. Por isso, é urgente revogar a reforma trabalhista e previdenciária e todas as legislações que flexibilizam direitos.



FIM DA ESCALA 6X1 NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BH



2ª Pergunta do Sind-REDE/BH: Você concorda que a Prefeitura de BH invista 0,48% do orçamento municipal para reduzir a jornada de trabalho dos terceirizados das escolas de 44h para 30h garantindo assim melhor qualidade de vida para esses trabalhadores e consequentemente melhor atendimento nas escolas de BH?

Sim. Somos completamente a favor.

Estar em boas condições de saúde para realização do trabalho é importante em qualquer função, na educação mais ainda. Lidamos com crianças e adolescentes que passam por problemas diversos, a mesma criança que vemos hoje estará conosco no dia seguinte de novo. Precisamos ter a confiança dos nossos estudantes e ter equilíbrio para lidar com as mais diversas questões e problemas que se apresentam. Por isso, a jornada de 44h semanais de trabalho (6x1) na educação é uma perversidade, tanto com o trabalhador quanto com a criança que ele atende. Ao reduzir a jornada, ganhamos em qualidade no processo de cuidado e de apoio no desenvolvimento educacional da criança. O mesmo poderia ser dito em relação à saúde, limpeza urbana e demais serviços.

Quanto custa a redução de jornada dos atuais trabalhadores terceirizados na educação?

Para reduzir a carga horária dos trabalhadores contratados pelas Caixas Escolares e pela MGS a prefeitura precisaria investir R\$ 94,3 milhões*:

- Esse valor representa apenas 0,48% da Receita Total de Belo Horizonte em 2024 (R\$ 19,7 bilhões);
- Um valor 3,4 vezes menor que o valor excedente ao orçamento de 2024 (R\$ 320 milhões) e equivalente a 2,7% do orçamento anual da Secretaria Municipal de Educação.

Ou seja, amplamente viável dentro da atual capacidade orçamentária do município.

O que se ganha?

Se considerarmos que o índice médio de afastamento por adoecimento ultrapassa 10% todos os meses, poderíamos dizer, com toda segurança, que a economia feita com a redução da jornada poderia compensar, em grande parte, o aumento de investimento para se efetuar a redução da jornada de trabalho.

Mas o grande diferencial: estar em boas condições de saúde para realização do trabalho é importante em qualquer função, na educação mais ainda.

*Com base em estudos do ILAESE referente ao ano de 2024.

IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS E ISENÇÃO DOS MAIS POBRES



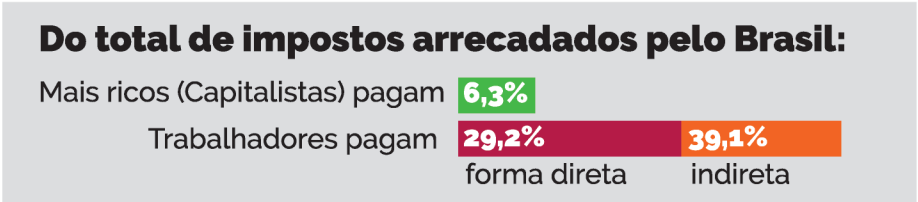
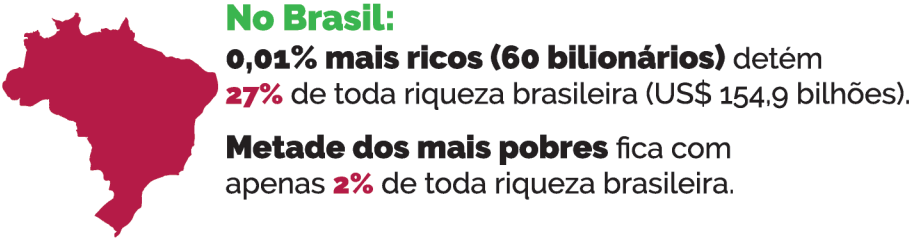
3ª Pergunta do Plebiscito Nacional: Você é a favor de que quem ganhe mais de 50 mil por mês pague mais imposto de renda para que quem recebe até 5 mil por mês não pague?

Sim. Estamos a favor, mas precisamos ir além!

No Brasil, o sistema tributário é injusto. Quem vive de salário compromete, proporcionalmente, uma parte muito maior de sua renda com impostos do que quem lucra com dividendos, aplicações financeiras ou grandes patrimônios.



Imposto pago pelos mais ricos equivale só a 0,3% do que ganham



Fonte: Oxfam, 2023.

O PL 1087/2025, apresentado pelo Governo Federal para o Congresso Nacional avança um pouco nesse debate:

- Isenta do imposto quem ganha até R\$ 5 mil por mês;
- Reduz a carga de forma progressiva para quem recebe até R\$ 7 mil;
- Cria uma alíquota de 10% sobre lucros e dividendos que ultrapassem R\$ 50 mil mensais.

A isenção de quem ganha até R\$ 5 mil é justa, porque esse grupo não possui "renda". Afinal, gasta quase tudo com alimentação, transporte e moradia e ainda paga centenas de impostos indiretos embutidos no consumo. Prevalece o problema das alíquotas entre R\$7.000,00 e R\$50.000,00.

A tributação de 10% sobre lucros e dividendos que ultrapassem R\$ 50 mil mensais atinge os 141 mil brasileiros mais ricos. Hoje, quem ganha mais de R\$ 1 milhão por ano paga, em média, apenas 2,5% de imposto de renda efetivo — um absurdo diante da carga suportada pelos mais pobres.

Mas 10% é um valor muito aquém do necessário e não basta apenas tributar lucros e dividendos. É preciso avançar para uma taxa real sobre grandes fortunas. Até porque, a distorção cresce ainda mais quando falamos dos 0,1% mais ricos, os verdadeiros bilionários. Esses precisam ser taxados também sobre seu patrimônio e no limite de sua renda. Só assim será possível financiar políticas públicas robustas, combater a desigualdade e garantir justiça fiscal de verdade.

IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS:

TAXA PROGRESSIVA ENTRE 1,7% E 3,5%

SOBRE GRANDES FORTUNAS O BRASIL ARRECADARIA



R\$ 260 BILHÕES POR ANO.

SOMENTE COM ESSA ARRECAÇÃO O GOVERNO JÁ GARANTIRIA COM FOLGA:

O orçamento total para Saúde em 2025 que foi de R\$ 245 bilhões, ou o orçamento total da Educação pública em 2025 que foi de R\$ 225 bilhões.

RENÚNCIAS FISCAIS:

Só no 1º semestre de 2025 o governo Lula/Alckmin deixou de arrecadar R\$ 543,7 bilhões com benefícios tributários.

Esse valor representa 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e 19,7% da arrecadação esperada pela Receita Federal.

Gasto com o bolsa família em 2024 foi de R\$168,3 bilhões, para contemplar mais de 20,86 milhões de famílias.

Em Minas Gerais, somente em 2024, Zema abriu mão de R\$ 20,2 bilhões em renúncia fiscal para 7 mil empresas.

Fonte: Receita Federal, 2025.

Mas no Brasil se paga muito imposto? NÃO e SIM.

Trabalhadores, micro, pequenos e médios empresários pagam muito, mas as grandes empresas e empresários pagam pouquíssimos impostos (banqueiros, donos de grandes redes de lojas, fábricas, latifundiários, grandes mineradoras - os bilionários) e ainda recebem tantos insentivos e isenções fiscais. Quem ganha pouco paga muito e quem ganha muito paga pouco ou nada.

Esse é um dos motivos pelos quais a forma de cobrança de impostos no Brasil precisa ser modificada:

Mudar a tabela de imposto de renda, isentando quem ganha até R\$5 mil.

Reduzir a carga tributária de pequenas e médias empresas.

Acabar ou reduzir os impostos que possam ser repassados diretamente para os trabalhadores (como o ICMS).

Tributar fortemente heranças que não se constituam como a forma de moradia do herdeiro ou seu trabalho básico.

Tributar em pelo menos 25% lucros e dividendos.

Cobrança de impostos sobre remessa de lucros para o exterior.

Acabar com as Renúncias fiscais e isenções fiscais para os super-ricos.

Mas essas medidas não são muito radicais?

Não. Isso é o mínimo! Na verdade, para resolver mesmo a situação do país teríamos de ir muito além.

O Brasil é um verdadeiro paraíso fiscal para os milionários. E quem fala de fuga de capitais, caso o imposto seja aprovado, teria que explicar para onde esses super ricos fugiriam, pois qualquer outro país minimamente estruturado cobra impostos progressivos maiores sobre a renda do que o Brasil.

60 BILIONÁRIOS CONCENTRAM UMA FORTUNA DE **US\$ 154,9 BILHÕES (27% DO PIB)**

MAIS RICOS PAGAM EM MÉDIA SÓ 2,5% DE IMPOSTO DE RENDA EFETIVO

50% DA POPULAÇÃO MAIS POBRE FICA APENAS 2% DE TODA RIQUEZA

SAÚDE E EDUCAÇÃO PRIVADAS SÃO DEDUZIDAS DO IMPOSTO DE RENDA

ARCABOUÇO FISCAL



4ª Pergunta do Sind-REDE/BH: Você é a favor do fim do arcabouço fiscal e de qualquer outra forma de teto de investimentos nas áreas sociais e serviços públicos?

Sim. Somos completamente a favor dessa questão.

O que é teto de gastos? Teto de gastos são legislações que os governos e câmaras legislativas aprovam que impõe limites aos municípios, estados e para a federação para investimentos nas áreas sociais e serviços públicos. A regra que prevalece hoje a mais tempo é a "lei de responsabilidade fiscal". Aprovada em 2000.

E de lá pra cá as coisas só pioram nos serviços públicos:

MENOS ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO.

AUMENTO DA TERCEIRIZAÇÃO.

AUMENTO DA PRIVATIZAÇÃO.

MAIS DINHEIRO PÚBLICO PARA A INICIATIVA PRIVADA.

DÍVIDAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS CADA VEZ MAIORES.

MAIS CORRUPÇÃO E MENOS TRANSPARÊNCIA COM OS GASTOS. (VEJA O CASO EM BH)

CORRUPÇÃO EM BH!



O então candidato Fuad trouxe um secretário de educação de fora em troca de apoio político e financeiro do União Brasil, o secretário foi afastado por corrupção pelo Supremo Tribunal Federal e hoje tem uma investigação de R\$150 milhões em contratos feitos pelo secretário, com dinheiro da educação.

Arcabouço Fiscal - Implementado pelo governo Lula/Alckmin para substituir a lei de teto de gastos aprovada no governo Temer e que não foi cumprida nem por Temer e nem por Bolsonaro por serem completamente irreais. A lei do Arcabouço Fiscal estabelece o limite de crescimento de investimentos do Estado de um ano para o outro de 2,5% mais a inflação, independente do crescimento da receita. Acontece que isso não cobre o crescimento normal de despesas com áreas sociais e muito menos as necessidades e carências aprofundadas nos últimos anos, mesmo se considerarmos apenas o governo de Temer e Bolsonaro.

SÓ EM 2024 O GOVERNO CORTOU:

R\$ 4,5 BILHÕES NA SAÚDE



R\$ 1,37 BILHÃO NA EDUCAÇÃO



EM 2025, O MINISTÉRIO DA SAÚDE SOFREU MAIS:



CONGELAMENTO DE R\$ 2,36 MILHÕES



CONTINGENCIAMENTO DE R\$ 1,8 MILHÕES



BLOQUEIO DE R\$ 552,8 MILHÕES

Mesmo que o governo consiga ampliar a receita com o aumento de impostos tímido que está sugerindo, se o arcabouço fiscal continuar a prevalecer o governo não poderá investir no Bolsa família, demarcação de terras indígenas e quilombolas, saúde, educação, moradia, proteção ambiental, infraestrutura e tantas outras áreas que o povo precisa. Por isso precisamos derrotar o Arcabouço Fiscal.

Mais do que o plebiscito, temos que ir às ruas!

O plebiscito é uma boa ferramenta para conversar com os trabalhadores, mas essas reivindicações pedem mais. É preciso ter um grande dia de paralisação total dos trabalhadores de carteira assinada e informais, para dizermos que não aceitamos mais pagar a conta enquanto alguns poucos acumulam fortunas incalculáveis.

Fazemos um chamado aos movimentos sociais e sindicatos: Convocar um dia de Greve Geral: para cobrar do governo Lula e pressionar esse congresso picareta pelo fim da escala 6X1, a redução da jornada sem redução de salário, a revogação das reformas trabalhistas e previdenciárias, a cobrança de impostos das grandes fortunas e a revogação do arcabouço Fiscal.

TARIFAÇO E DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL

Enquanto lutamos pela taxação dos super-ricos, a família Bolsonaro articulou com Trump um tarifaço contra o Brasil. Um ataque à soberania do nosso país e ao povo trabalhador. Quem manda no Brasil são os brasileiros! Bolsonaro deve ser preso por seus crimes e os EUA não podem usar de seu poder econômico para intimidar outra nação!

**PARTICIPE DO PLEBISCITO POPULAR 2025
VOTE NA URNA DA SUA ESCOLA!**

